

O presente número da Nação e Defesa é dedicado ao mar. O mar está na essência da identidade nacional e no modo diferenciado de Portugal se situar no mundo. O desenvolvimento de uma consciência estratégica dos oceanos é simultâneo (se é que a não precede mesmo) com a fundação da nacionalidade. A comprová-lo está o facto de muito antes de em Portugal ter início a aventura dos descobrimentos já os seus governantes se terem apercebido da necessidade de assegurar protecção às populações da orla costeira e ao comércio marítimo. Assim fez D. Dinis ao nomear em 1317 o genovês Manuel Pessanha para o comando da frota real. Cerca de 1336, seu filho Afonso IV promoveu viagens de exploração às Canárias seguidas por tentativas de obtenção do reconhecimento papal à sua posse. D. Fernando, apesar de não ter sido feliz nas guerras com Espanha, mostrou preocupação com o desenvolvimento da marinha mercante ao fundar em 1380 a Companhia das Naus e ao instituir instrumentos de apoio aos mercadores: seguros marítimos, sistemas de fretagem, bolsas de comércio, tribunais marítimos. A derrota na batalha naval de Saltes, no Algarve, constituiu um forte golpe no poder naval nacional, obrigando ao esforço notável de em pouco tempo reunir mais de duas centenas de embarcações que tomaram parte na conquista de Ceuta. A partir daqui a História é mais bem conhecida. Até meados do século XVI teve lugar um período de expansão e afirmação, mas na segunda metade do mesmo século sobrevieram dificuldades da consolidação seguidas pela inevitável decadência que culminou com a perda da independência após Alcácer Quibir. Este desastre constituiu um desvio da expansão oceânica, e foi seguido do ponto de vista de perda de poder naval pelo desastre da Armada Invencível.

Restaurada a independência em 1640, alternaram-se breves períodos em que a acção dos governos permitiu a recuperação de algum poder naval, com outros, infelizmente muito mais frequentes, em que factores internos e externos desviaram a atenção do interesse nacional ligado ao mar, permitindo a depredação dos nossos recursos e provocando perda de prestígio internacional.

Ao longo de toda a história os períodos em que Portugal demonstrou possuir uma apurada consciência estratégica da importância do mar coincidiram com períodos de prosperidade nacional. Sempre que essa consciência estratégica passou por períodos de enfraquecimento e a política externa nacional se concentrou em ambientes continentais, sobrevieram dificuldades económicas, lutas internas, decadência social.

Quando se faz a avaliação da ameaça e se é levado a afirmar que este ou aquele meio naval não interessa ou está além das nossas possibilidades, importa reflectir se está a ser tomada em conta essa ameaça latente e endógena que é a perda da consciência estratégica e, assim do sentido do interesse nacional. Portugal, devido à sua geografia que lhe concedeu apenas dois vizinhos, a Espanha e o Mar, que se afirmou ao longo da História como país de marinheiros e tem uma diáspora de mais de quatro milhões de pessoas espalhadas pelo mundo, não pode deixar de dispor de uma marinha equilibrada e flexível capaz de ombrear à sua escala com as dos países europeus e da NATO, tendo em atenção não só responder a solicitações dos seus aliados, como às missões de puro interesse nacional, onde é prioritária a defesa dos seus recursos marinhos.

A especialização em certos recursos não é tão óbvia nas marinhas como nos outros ramos, já que, para uma força naval actuar longe das suas bases, terá de dispor de meios de superfície, subaquáticos e aéreos, bem como de protecção contra idênticos vectores do inimigo. É este o quadro em que as opções têm de ser compreendidas e avaliadas, mesmo quando à primeira vista parecem tratar-se de encargo excessivo para as possibilidades nacionais.

Os meios navais exigem investimentos avultados, têm custos operacionais elevados e levam tempo a obter. Daí que qualquer atraso no planeamento naval seja de difícil e lenta recuperação, podendo surgir assim os referidos períodos de flagrante escassez de meios, vulgarmente designados por zero naval. Após décadas de lamentável desleixo no que respeita à protecção dos seus interesses marítimos Portugal corre ainda sérios riscos de conhecer mais um destes períodos. O Plano de Equipamento Naval recentemente aprovado, e em parte já mesmo em desenvolvimento, poderá permitir a curto ou médio prazo a saída dessa incómoda situação. Mas importa que este esforço seja acompanhado pela recuperação dessa consciência estratégica que nasce da identificação do mar com a nossa existência como país soberano na cena internacional.

Desde há muito que o Instituto da Defesa Nacional, tal como outras ilustres instituições (Academia de Marinha, Sociedade de Geografia, AORN, etc.), têm consciência do alheamento do país em relação ao mar e aos seus recursos. Quer no Curso de Defesa Nacional, quer em Seminários e Conferências, procura-se sensibilizar a opinião pública e despertar a atenção dos responsáveis para a gravidade do problema.

O presente número da “Nação e Defesa” reúne para além de algumas apresentações do Seminário promovido pelo IDN em Junho de 2003 na cidade do Porto, outros artigos. O primeiro destes, da autoria do Professor Doutor Ernâni Lopes, intitulado “O Mar no futuro de Portugal, uma abordagem estratégica”, foi apresentado no Seminário promovido em Outubro de 2003 pela Academia de Marinha à qual se agradece a autorização para a sua publicação. O autor considera o mar como elemento de segurança, factor de prestígio, fonte de riqueza e vector de poder, desenvolvendo a sua análise nas vertentes geopolítica e de prospectiva, económica e social, e de visão, gestão e controlo, considerando diversos cenários. Segue-se a lição inaugural do já referido seminário do Porto intitulada “O Horizonte do Mar Português” onde o Almirante Vieira Matias refere a contribuição do mar para a economia nacional, em particular os nichos de mercado. O Dr. Tiago de Pitta e Cunha, Coordenador da Comissão Estratégica dos Oceanos, escreve sobre “A Importância Estratégica do Mar para Portugal” focando os diversos sectores do Estado para cujo desenvolvimento o mar assume particular relevo. O Comandante Silva Ribeiro na lição inaugural do ano lectivo do Instituto Superior Naval de Guerra, apresenta o seu ponto de vista sobre a “A Consciência Estratégica dos Oceanos” evidenciando a mais valia da nossa integração europeia se essa “Consciência Estratégica” diferenciadora estiver presente nas políticas e acções, compatibilizando Europa com Atlântico. O Engenheiro Construtor Naval Óscar Mota escreve sobre a indústria de construção naval e indústrias associadas, enunciando alguns dos problemas com que o país se debate nesta área. O Dr. Costa Diogo, Assessor Jurídico do Instituto Hidrográfico, e auditor do CDN 2003, descreve as “Ameaças Difusas nos Espaços Marítimos sob Jurisdição Nacional” tema que escolheu como trabalho individual do Curso. Finalmente o Professor Doutor Luís Menezes Pinheiro, da Universidade de Aveiro, fala-nos do “Vulcanismo de Lama, Hidratos de Metano e Potenciais Ocorrências de Hidrocarbonetos na Margem Sul Portuguesa Profunda”.

A secção extra-temática abre com a lição inaugural do ano lectivo 2004-2005 proferida por D. Manuel Clemente, Bispo Auxiliar de Lisboa, sobre “As Religiões e a Paz”. Seguem-se dois contributos sobre o tema sempre actual do terrorismo. O primeiro,

do General Garcia Leandro, foi a sua intervenção na sessão de abertura da Conferência sobre “O Terrorismo como Ameaça Global: Modelos e Estratégias de Defesa” que teve lugar em Julho de 2004, numa iniciativa conjunta do Centro de Investigação sobre Economia Financeira do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, do Instituto da Defesa Nacional, do Instituto de Altos Estudos Militares e da Academia Militar. O segundo, da autoria do Professor Doutor Armando Serra Marques Guedes trata do “O Terrorismo Transnacional e a Ordem Internacional”. A concluir o Dr. Pina Delgado escreve sobre a “Base Política e Jurídica da ‘Operação Liberdade Iraquiana’ e a Necessidade de Auto-Preservação do Estado Liberal”.

Cmg. José Cervaens Rodrigues
Assessor do Instituto da Defesa Nacional